

Senado Federal Base quer votar limite de endividamento este mês

GILSE GUEDES

BRASÍLIA – A base governista no Senado quer aprovar este mês dois projetos de resolução no Senado que regulamentam parte da Lei de Responsabilidade Fiscal que fixa limites globais de endividamento para União, Estados e municípios. Com eles, o governo terá mais um argumento para barrar as iniciativas de Estados e municípios para mudar os acordos de suas dívidas com a União.

Um projeto trata do endividamento da União e o outro do de Estados e municípios. Na próxima semana, serão escolhidos os relatores dos dois, que tramitam na Comissão de As-

suntos Econômicos (CAE), segundo informou ontem o líder do PSDB na casa, Sérgio Machado (CE). Se aprovados, irão diretamente para o plenário.

As duas propostas amarram a forma como União, Estados e municípios devem contratar financiamentos e empréstimos para não ultrapassar os limites globais de endividamento. A União poderá ter dívida equivalente a até 3,5 vezes sua receita corrente líquida – que exclui receitas financeiras e disponibilidades de caixa. O débito dos Estados não poderão superar o dobro da receita anual e os dos municípios, 1,2 vez a receita anual.

Com isso, fica mais difícil a tentativa da prefeita eleita Mar-

ta Suplicy de rever o contrato da dívida de São Paulo com a União. Uma mudança no acordo pode contrariar as regras para o limite de endividamento.

CCJ – Na próxima semana, a oposição pretende retomar a discussão no Senado para que seja aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto que reduz de 13% para 7,5% da receita líquida o limite de comprometimento dos Estados com o pagamento da dívida. Na CCJ, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) deve apresentar uma emenda para incluir os municípios no projeto.

O PT ainda tentará derrubar na CCJ o relatório do líder do

governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), contrário à aprovação do projeto. O relator argumenta que ele entra em conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para uma fonte do governo, a oposição dificilmente terá sucesso, porque o projeto esbarra num preceito constitucional: o de que um contrato só pode ser modificado com o acordo das duas partes.

Como o governo não aceita renegociar as dívidas, não há o que mudar. De acordo com essa mesma fonte, caso o projeto seja aprovado no Congresso, o governo vai entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). (Colaborou Joyce Russi, especial para o Estado)